

GREEN ASSET RATIO SHOULD NOT BECOME TO SUSTAINABILITY WHAT CET1 IS TO CAPITAL

Article by Denisa Avermaete, EBF Senior Policy Adviser

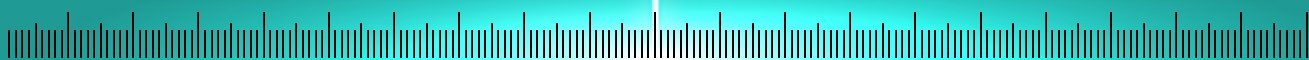
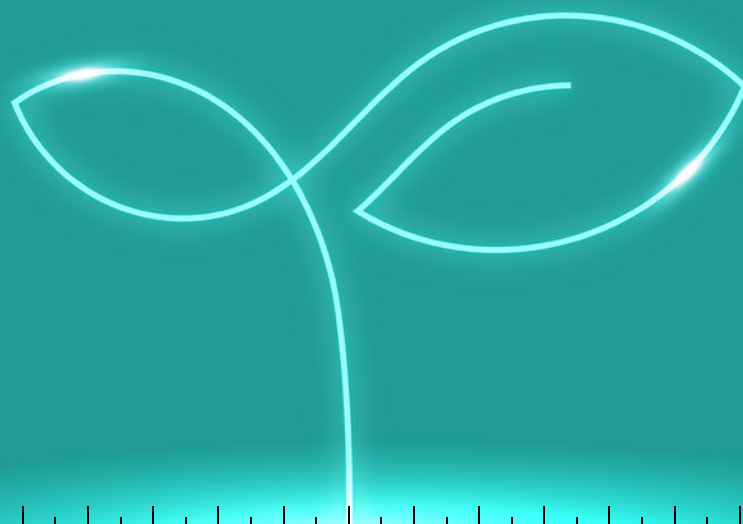
While the Green Asset Ratio is a positive step towards improving transparency, it does not tell the whole story of the transition efforts of banks and has only limited information and decision-making value. While the GAR may be tempting to look at as “the one” simple metric to base decisions on, it will not reflect a bank’s ESG profile and will only show a small portion of banks’ efforts to finance transition. To obtain a more comprehensive picture one has to holistically look at all financing and investment activities of a bank, beyond the Green Asset Ratio. Additional disclosed metrics need to be analyzed to understand the portfolio composition of financial institutions and the GAR itself. Also, the GAR numbers should not be compared between banks without understanding its limitations and analyzing the balance sheet compositions, the context leading to a particular GAR figure and other relevant information on banks’ efforts to finance transition. An excessive focus on banks’ GAR by stakeholders could result in counterproductive effects, for instance reducing lending to SMEs could be contemplated as a means of increasing the GAR, should the GAR become the main tool for assessing the sustainability level of banks.

Please see below the full article that was originally published in the inforBANCA Magazine by the Instituto de Formação Bancária (IFB).



O "Green Asset Ratio" não se deve tornar para a sustentabilidade o que o CET1 é para o capital

Green Asset Ratio should not become to
sustainability what CET1 is to capital





SUSTENTABILIDADE

Denisa Avermaete

É Senior Policy Advisor da Federação Bancária Europeia (EBF), sendo atualmente responsável por finanças sustentáveis. Desde 2020, também preside o GT de Questões Ambientais da Federação Bancária Internacional. Tendo entrado para a EBF em 2006, ocupou vários cargos nas áreas de pagamentos, contabilidade e regulamentação prudencial, acompanhando e contribuindo para o desenvolvimento de várias legislações e normas chave de relato financeiro, tais como a IFRS 9.

Começou a sua carreira no Creditanstalt, um banco austríaco que opera na Europa de Leste. Deixou o cargo de diretora adjunta do Departamento de Pagamentos Internacionais para se juntar à Associação Bancária Eslovaca. Tem um mestrado em banca e finanças pela Universidade de Economia de Bratislava.

She is a Senior Policy Adviser at the European Banking Federation (EBF) currently in charge of sustainable finance. Since 2020 she also chairs the Environmental Concerns WG of the International Banking Federation. Joining the EBF in 2006, she held various positions in the fields of payments, accounting and prudential regulation, following and contributing to the development of several key legislations and financial reporting standards such IFRS 9.

She started her career in Creditanstalt, an Austrian bank active in Eastern Europe. She left the position of deputy head of the International Payments Department to join the Slovak Banking Association. She holds a Master's degree in banking and finance from the University of Economics in Bratislava.



Resumo

Embora o “Green Asset Ratio” (GAR) seja um passo positivo no sentido de melhorar a transparência, não conta toda a história dos esforços de transição dos bancos e tem apenas informação limitada e pouco valor para a tomada de decisão. Ainda que possa ser tentador considerar o GAR como “a única” métrica simples para tomar decisões, não reflete o perfil ESG de um banco e mostra apenas uma pequena parte dos esforços dos bancos para financiar a transição. Para se obter uma visão mais abrangente, é necessário olhar de forma global para todas as atividades de financiamento e investimento de um banco, para além do “Green Asset Ratio”. As métricas adicionais divulgadas precisam de ser analisadas para compreender a composição da carteira das instituições financeiras e o próprio GAR. Além disso, os valores do GAR não devem ser comparados entre bancos sem se compreender as suas limitações e sem se analisar a composição do balanço, o contexto que conduz a um determinado valor GAR e outras informações relevantes sobre os esforços dos bancos para financiar a transição. Uma concentração excessiva nos GAR por parte dos *stakeholders* dos bancos poderia criar um desincentivo contraproducente, uma vez que, por exemplo, a redução de crédito às PME poderia aumentar o GAR, caso o nível do GAR fosse o objetivo final.

Abstract

While the Green Asset Ratio is a positive step towards improving transparency, it does not tell the whole story of the transition efforts of banks and has only limited information and decision-making value. While GAR may be tempting to look at as “the one” simple metric to make decisions on, it will not reflect a bank’s ESG profile and will only show a small portion of banks’ efforts to finance transition. To obtain a more comprehensive picture one has to look holistically at all financing and investment activities of a bank, beyond the Green Asset Ratio. Additional metrics disclosed need to be analyzed to understand the portfolio composition of financial institutions and the GAR itself. Also, the GAR numbers should not be compared between banks without understanding its limitations and analyzing the balance sheet compositions, the context leading to a particular GAR figure and other relevant information on banks’ efforts to finance transition. An overly focus on GAR by banks’ stakeholders could create a counterproductive disincentive as for example reducing the lending to SMEs could increase the GAR, should the level of GAR be the ultimate objective.

O “Green Asset Ratio” não se deve tornar para a sustentabilidade o que o CET1* é para o capital

Green Asset Ratio should not become to sustainability what CET1 is to capital

* Common Equity Tier 1

Introdução

A Federação Bancária Europeia é a voz do sector bancário europeu, congregando 32 associações bancárias nacionais na Europa que, no seu conjunto, representam quase 3.500 bancos - grandes e pequenos, por grosso e de retalho, locais e internacionais - empregando mais de 2 milhões de pessoas. A Associação Portuguesa de Bancos é um membro da EBF. Representantes da Associação Portuguesa de Bancos e dos seus bancos associados participam ativamente no trabalho da EBF em todas as áreas, incluindo finanças sustentáveis.

Introduction

The European Banking Federation is the voice of the European banking sector, uniting 32 national banking associations in Europe that together represent nearly 3,500 banks – large and small, wholesale and retail, local and international – employing more than 2 million people. The Portuguese Banking Association is a member of the EBF. Representatives of both the Portuguese banking association and its member banks participate actively in the work of the EBF in all areas, including sustainable finance.

Alinhamento da Taxonomia da UE

O denominado Regulamento da Taxonomia da UE¹ é uma das principais propostas legislativas sobre finanças sustentáveis. Para reorientar os fluxos de capital para atividades sustentáveis, foi primeiro necessário chegar a um entendimento comum sobre quais as atividades que podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis. A Taxonomia da UE foi assim desenvolvida como um sistema de classificação comum para atividades sustentáveis.

Desde então, tornou-se uma das componentes mais significativas da agenda regulamentar sobre finanças sustentáveis. Através das disposições do artigo 8º do Regulamento da Taxonomia da UE, espera-se

Reporting EU Taxonomy alignment

The so-called EU Taxonomy Regulation¹ is one of the core legislative proposals on sustainable finance. To reorient capital flows towards sustainable activities, it was first necessary to reach a common understanding of what activities can be considered environmentally sustainable. The EU Taxonomy was therefore developed as a common classification system for sustainable activities.

It has since become one of the most significant components of the regulatory agenda on sustainable finance. Through the provisions of Article 8 of the EU Taxonomy Regulation, the EU Taxonomy is expected to deliver standardized reporting on the extent to which

¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020R0852&from=EN>

¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020R0852&from=EN>



que a Taxonomia da UE forneça relatórios normalizados sobre a medida em que as atividades econômicas das empresas no âmbito da Diretiva de Informação Não Financeira (NFRD), que será posteriormente substituída pela Diretiva de Divulgação de Informação sobre Sustentabilidade de Empresas (CSRD), podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis.²

O Ato Delegado sobre o Artigo 8º do Regulamento da Taxonomia específica³ ainda os requisitos de divulgação, que incluem Indicadores Chave de Desempenho (KPIs) e modelos de relatórios que as empresas e os bancos devem utilizar para divulgar a sustentabilidade das suas atividades.

A partir de Janeiro de 2022, tanto os bancos como as empresas no âmbito da NFRD terão de comunicar a **elegibilidade da Taxonomia da UE** para as suas atividades no âmbito do artigo 8º. Isto significa o reporte da proporção de atividades que estão incluídas no Ato Delegado do Clima, que não abrange todas as atividades econômicas. O relatório de elegibilidade não é mais do que uma indicação de que uma empresa está a empreender, ou de que um banco está a financiar atividades que podem ser avaliadas quanto ao seu alinhamento com a Taxonomia. **Não nos diz nada sobre a sustentabilidade da empresa ou de um banco.** Apenas uma parte destas atividades será classificada como **alinhada com a Taxonomia da UE** um ano depois, quando as empresas terão de comunicar o alinhamento das suas atividades.

economic activities of companies under the scope of the Non-Financial Reporting Directive (NFRD) that will later be replaced by the Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), can be considered environmentally sustainable.²

The Delegated Act on Article 8 of the Taxonomy Regulation³ further specifies the disclosure requirements, which include Key Performance Indicators (KPIs) and reporting templates that companies as well as banks should use to disclose the sustainability of their activities.

As of January 2022, both banks and companies under the scope of the NFRD will have to report **the EU Taxonomy eligibility** of their activities in scope of Article 8. This means reporting the proportion of activities that are included in the Climate Delegated Act, which does not cover all economic activities. Eligibility reporting is nothing more than an indication that a company is undertaking, or a bank is financing activities that can be assessed for alignment with the Taxonomy. **It does not tell us anything about the sustainability of the company or a bank.** Only a portion of these activities will be classified as **EU Taxonomy aligned** a year later, when companies will have to report the alignment of their activities.

² Por agora só são desenvolvidos critérios para a mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas

³ [Serviço das Publicações \(europa.eu\)](https://european-council.europa.eu/media/e3000420/1/162222main_en.pdf)

² For now only criteria for climate change mitigation and climate change adaptation are developed

³ [Publications Office \(europa.eu\)](https://publications.ec.europa.eu/publication-detail/-/publication/162222main)



Os bancos terão de reportar a proporção de ativos que financiam ou investem em atividades alinhadas com a Taxonomia da UE a partir de 2024. A razão do **atraso de um ano** é que os bancos precisam de avaliar primeiro os dados dos seus clientes, para reportar o seu próprio alinhamento. Reconhecendo ainda mais a questão da disponibilidade de dados, os bancos têm de informar apenas sobre as atividades dos clientes que estão, eles próprios, sujeitos à obrigação de reporte. Os bancos podem, portanto, utilizar dados fornecidos pelos clientes ao abrigo da NFRD/CSRD para analisar as suas atividades de financiamento para os seus próprios relatórios ao abrigo do artigo 8º⁴. A exceção é o reporte de carteiras de hipotecas e de automóveis, onde não estarão disponíveis dados através da declaração dos clientes.

Isto não significa que os relatórios serão simples ou sem desafios de implementação. Mesmo em matéria de relatórios de elegibilidade, pode esperar-se um nível diferente de granularidade e outras divergências, dados os desafios de interpretação do Artigo 8º do Ato Delegado. **Estas devem ser, pelo menos em certa medida, abordadas pelas Perguntas Frequentes da Comissão Europeia, publicadas a 22 de dezembro de 2021. Espera-se que um segundo lote de FAQ esteja disponível no final de janeiro de 2022.** Para facilitar a aplicação dos bancos, a Federação Bancária Europeia (EBF), juntamente com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP-FI), irá divulgar um relatório (15 de fevereiro) para facilitar a aplicação obrigatória da taxonomia da UE. O relatório também explorará como a taxonomia da UE pode ser aplicada de forma voluntária como uma ferramenta para um maior envolvimento com os clientes.

Banks will have to report the proportion of assets financing or invested in the activities aligned with the EU Taxonomy as of 2024. The reason for the **one-year delay** is that banks need to assess the data of their clients first, to report their own alignment. Recognizing further the data availability issue, banks have to report only on activities of clients that themselves are subject to reporting obligations. Banks can therefore rely on clients' reporting under NFRD/CSRD to analyse their financing activities for their own reporting purposes under Article 8⁴. Exception to this is the reporting of mortgages and car portfolios, where no data will be available via public reporting of clients.

This does not mean that the reporting will be simple or without implementation challenges. Even on eligibility reporting, a different level of granularity and further divergencies can be expected given the interpretation challenges of the Article 8 Delegated Act. **These should be, at least to a certain extent, addressed by the FAQ of the European Commission, published on 22 December 2021. The second batch of the FAQ is expected to be available towards the end of January 2022.** To facilitate bank's application, the European Banking Federation (EBF), together with the United Nation Environment Program Finance Initiative (UNEP-FI) will be releasing a report (15 February) to facilitate the mandatory application of the EU taxonomy. The report will also explore how the EU Taxonomy could be applied on a voluntary basis as a tool for further engagement with clients.

⁴ Note que a divulgação de outros KPIs obrigatórios pode ser solicitada pelo Pilar 3 ITS da Autoridade Bancária Europeia

⁴ Please note that disclosure of further mandatory KPIs may be requested by Pillar 3 ITS of the European Banking Authority

Analizando para além do “Green Asset Ratio” (GAR)

O principal indicador de desempenho dos bancos ao reportar o alinhamento das suas atividades com a Taxonomia da UE é o muito discutido “**Green Asset Ratio**” (GAR). A partir de janeiro de 2024, os bancos terão de divulgar o GAR agregado (sobre o stock de atividades) para os ativos cobertos no balanço, bem como a repartição por objetivo ambiental e por tipo de contraparte. KPIs adicionais tais como GAR (fluxo), garantias financeiras, ativos sob gestão e, a partir de 2026, rendimentos de taxas e comissões resultantes de atividades alinhadas com a taxonomia, terão também de ser divulgadas. Alguns bancos também⁵ terão de reportar os KPIs na sua carteira de negociação.

Embora o objetivo principal do GAR seja ajudar os *stakeholders* a compreender o desempenho ambiental dos bancos e a trajetória em direção à sustentabilidade, a simplicidade da própria métrica, em contraste com as dificuldades inerentes à aplicação da taxonomia da UE, **pode resultar numa má interpretação do GAR** pelos investidores, analistas e outros *stakeholders*. Uma vez que se espera que o GAR seja acompanhado de perto pelos supervisores dos bancos, investidores institucionais, clientes e ONGs, existe um risco de conclusões superficiais. Vimos isto anteriormente na cobertura mediática do exercício piloto de sensibilidade da EBA, que mostrou falta de compreensão do GAR apesar da transparência do seu cálculo.

Em princípio, o GAR é um rácio simples, que traduz os ativos alinhados com a Taxonomia da UE numa percentagem do total dos ativos cobertos. Apesar disto, ou por esse motivo, o GAR não pode ser visto como “o número” isoladamente. **Temos de olhar para além do “Green Asset Ratio”**, não só para compreender o GAR em si, mas também para compreender o perfil ESG de um banco e os seus esforços de transição. Isto deve-se principalmente à assimetria entre o âmbito do numerador e do denominador do GAR, bem como à sua capacidade limitada de captar o que os bancos estão efetivamente a fazer para transformar as suas atividades de financiamento.

Looking beyond Green Asset Ratio (GAR)

The main performance indicator for banks in reporting the alignment of their activities with the EU Taxonomy is the much-discussed **Green Asset Ratio (GAR)**. As of January 2024, banks will have to disclose the aggregate GAR (on the stock of activities) for covered on-balance sheet assets as well as the breakdown by environmental objective and by type of counterparty. Additional KPIs such as on GAR (flow), financial guarantees, assets under management and as of 2026 fees and commission income from taxonomy aligned, activities will also have to be disclosed. Some banks⁵ will also have to report KPIs on their trading book.

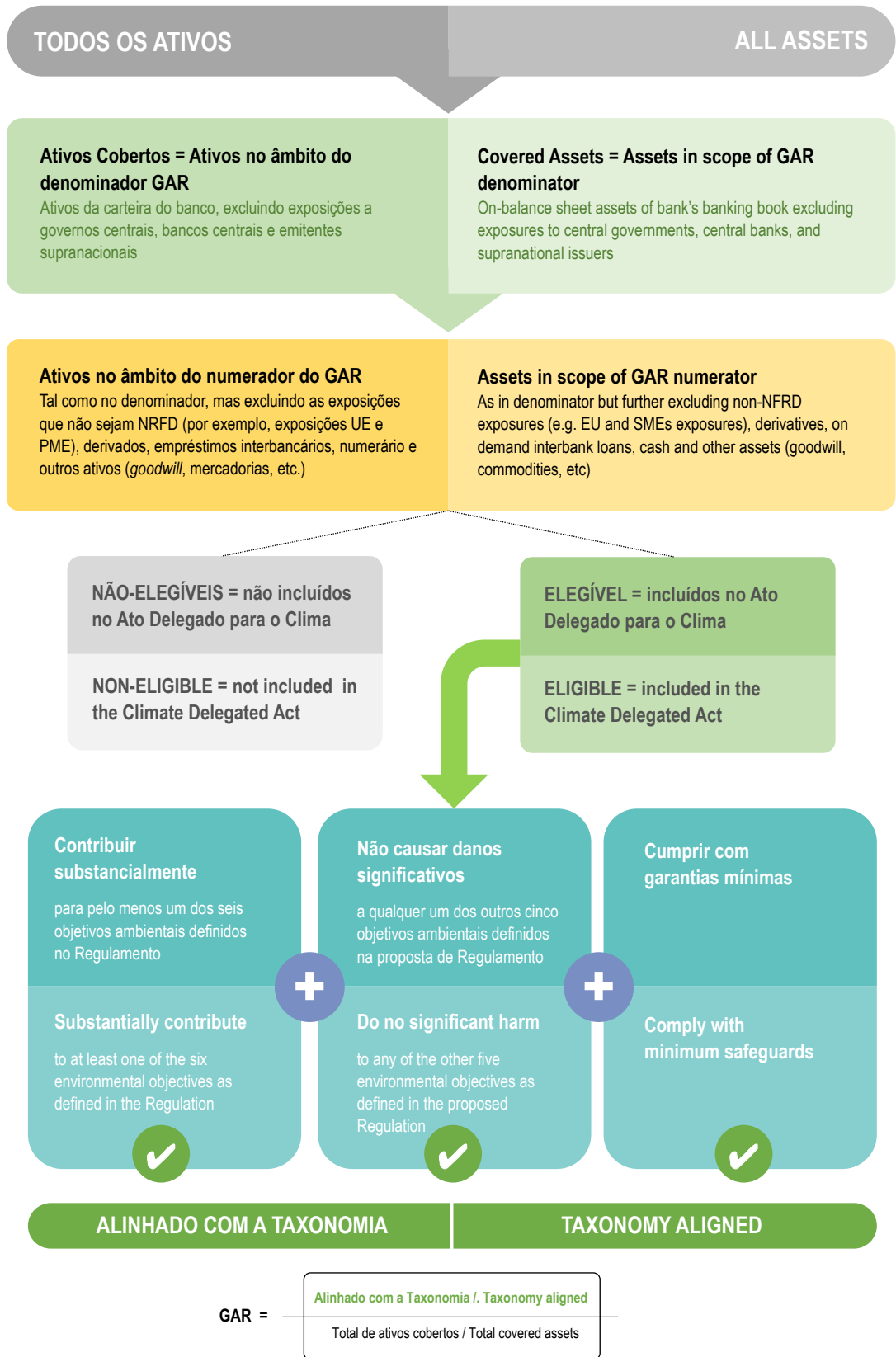
While the primary objective of GAR is to help stakeholders understand banks’ environmental performance and trajectory towards sustainability, the simplicity of the metric itself, in contrast with the inherent difficulties to apply the EU taxonomy **can result in misinterpretation of GAR** by investors, analysts, and other stakeholders. As GAR is expected to be closely monitored by banks’ supervisors, institutional investors, clients and NGOs, there is a risk of superficial conclusions. We have seen this previously in the media coverage of the EBA pilot sensitivity exercise, which showed lack of understanding of GAR despite the transparency of its calculation.

In principle, the GAR is a simple ratio of EU Taxonomy-aligned assets as a percentage of total covered assets. Despite this, or because of this, the GAR cannot be looked at as “the number” in isolation. **We have to look beyond the Green Asset Ratio not only to understand the GAR itself but also to understand the ESG profile of a bank and its transitioning efforts.** This is mainly due to the asymmetry between the scope of the numerator and the denominator of GAR as well as its limited ability to capture what banks are actually doing to transition their financing activities.

⁵ Que não preencham as condições do artigo 94 (1) do CRR ou as condições estabelecidas no artigo 325a (1) do CRR

⁵ That do not meet the conditions of Article 94(1) of the CRR or the conditions set out in Article 325a(1) of the CRR

GREEN ASSET RATIO



O denominador representa uma elevada proporção do total dos ativos, independentemente de poderem ou não ser avaliados para efeitos de taxonomia. Apenas os ativos soberanos, bancos centrais e emissores supranacionais são consistentemente removidos tanto do numerador como do denominador, reconhecendo a atual falta de uma metodologia de cálculo apropriada. Embora os desafios com a avaliação do alinhamento da taxonomia das atividades das PME e das atividades das empresas não europeias também tenham sido reconhecidos, estas exposições apenas são excluídas dos numeradores do GAR e não do denominador, como foi feito no caso dos soberanos. As atividades das PME e empresas não europeias não podem, por conseguinte, ser avaliadas para efeitos de alinhamento taxonómico no numerador do GAR, mas reduzirão automaticamente o GAR dada a sua inclusão no denominador. Isto é o mesmo que as incluir no numerador com um peso de 0%. O mesmo é válido para atividades económicas para as quais ainda não foram desenvolvidos critérios técnicos de rastreio, uma vez que estes também serão incluídos nos denominadores do GAR. A Comissão Europeia irá reavaliar a composição do GAR em 2024.

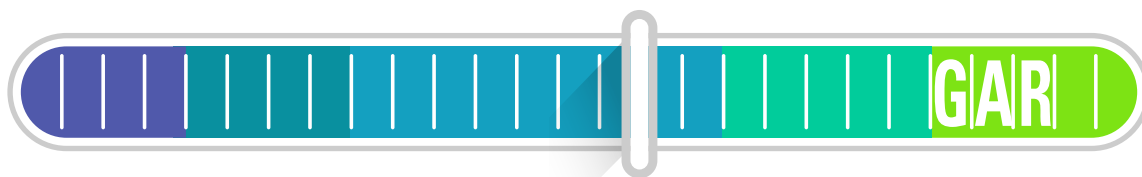
The denominator represents a high proportion of the total assets regardless of whether they can or are allowed to be assessed for taxonomy eligibility. Only sovereign assets, central banks and supranational issuers are consistently removed from both numerator and the denominator, recognizing the current lack of an appropriate calculation methodology. While challenges with the assessment of the taxonomy alignment of SMEs' activities and activities of non-EU companies were also recognized, these exposures are only excluded from the numerators of GAR and not from the denominator as was done in case of sovereigns. The activities of SMEs and non-EU companies are therefore not allowed to be assessed for taxonomy alignment in the nominator of GAR but will automatically reduce the GAR given their inclusion in the denominator. This is the same as including them in the nominator with a 0% weight. The same is valid for economic activities for which no technical screening criteria are developed yet as these will also be included in the denominators of GAR. The European Commission will reassess the composition of the GAR in 2024.

Uma simples comparação dos valores do GAR entre bancos pode ser enganadora

A simple comparison of GAR numbers between banks could be misleading

		Banco / Bank A		Banco / Bank B		
		Exposição Exposure (Eur bn)	Dos quais 'verde' Of which 'green'	Exposição Exposure (Eur bn)	Dos quais 'verde' Of which 'green'	
Denominator / Denominator	Numerador / Numerator		70	35	190	35
		Sociedades Financeiras / Financial Corporations	40	20	90	25
		NFCs sujeitos às obrigações de reporte NFRD/CSRD NFC's subject to NFRD/ CSRD disclosure obligations	20	10	80	5
		Famílias / Households	10	5	20	5
	Excluído do Numerador / Excluded from Numerator		120	45		
	Atividades não avaliadas pela taxonomia da UE e impacto não significativo (NSI) Activities non-assessed by EU taxonomy & Non Significant Impact (NSI)	20	10			
	NFCs não sujeitos às obrigações de reporte NFRD/CSRD NFC's not subject to NFRD/ CSRD disclosure obligations	40	10			
	Contrapartes de países fora da UE Non-EU countries counterparties	50	20			
	Derivados e outros / Derivatives & Others	10	5			
	Total de Ativos Cobertos / Total Assets Covered		190	80	190	35
Outros Ativos excluídos do âmbito GAR / Other Assets excluded from GAR scope		90		90		
Soberanos / Sovereigns	40		60			
Bancos Centrais / Central Banks	20		10			
Carteira de Negociação / Trading Book	30		20			
Total do Balanço / Total Balance Sheet		280		280		
GREEN ASSET RATIO (GAR)		35 / 190 = 18%		35 / 190 = 18%		

Nota: 'verde', neste exemplo simplificado, significa alinhado com a taxonomia da UE.
Note: 'green' in this simplified example means aligned with the EU taxonomy.



Este exemplo simplificado ilustra como dois bancos com diferentes exposições sustentáveis e balanços podem reportar o mesmo GAR. **Embora a percentagem de atividades alinhadas com a Taxonomia do Banco A seja mais do dobro das do Banco B (42% contra 18%), ambos reportarão 18% de GAR.** Isto deve-se precisamente ao facto de os numeradores e denominadores do GAR terem âmbitos diferentes e algumas exposições não poderem ser avaliadas para o alinhamento com a Taxonomia e contarem para o GAR.

O modelo de negócio de um banco terá, portanto, um impacto no GAR. Os bancos que financiam PME e clientes em países terceiros apresentarão rácios de ativos verdes estruturalmente mais baixos. Quanto mais elevado for o financiamento de um banco às PMEs, a empresas não europeias ou não NFRD, mais baixo será o seu GAR reportado. A concessão de empréstimos tanto a PMEs como a contrapartes não comunitárias é uma parte considerável do total de empréstimos dos bancos na Europa. Como observado a partir de dados da EBA no FINREP,⁶ quase 40% das exposições dos bancos da UE a empresas não financeiras são dirigidas às PMEs. Além disso, um quarto das exposições das instituições de crédito da UE são para entidades fora da UE.

Embora o GAR possa ser complementado por relatórios **voluntários** adicionais em que um rácio sobre o alinhamento da exposição das PMEs e de países terceiros possa ser mostrado separadamente, os dados para avaliar o alinhamento da Taxonomia da UE às exposições das PMEs de países terceiros nem sempre estão disponíveis. **Um foco excessivo no GAR por parte dos stakeholders dos bancos poderia criar um desincentivo contraproducente, uma vez que, por exemplo, reduzindo o crédito às PMEs poderia aumentar o GAR, caso o nível do GAR fosse o objetivo final.**

This simplified example illustrates how two banks with different sustainable exposures and balance sheets can report the same GAR. **While the percentage of Taxonomy-aligned activities of Bank A is more than double than that of Bank B (42 % compared to 18%), they will both report 18% GAR.** This is precisely due to the fact that GAR nominators and denominator have different scopes and some exposures cannot be evaluated for Taxonomy alignment and count towards GAR.

The business model of a bank will therefore have an impact on GAR. Banks financing SMEs and clients in third countries will show structurally lower green asset ratios. The higher the financing of a bank to SMEs and non-EU or non-NFRD companies, the lower their reported GAR will be. Lending to both SMEs and non-EU counterparties is a considerable part of the total banks' lending in Europe. As observed from EBA FINREP data⁶ almost 40% of EU banks' exposures to non-financial companies are towards SMEs. In addition to this, a quarter of EU credit institutions' exposures is to entities outside of the EU.

While the GAR may be complemented by additional **voluntary** reporting where a ratio on SMEs and Non-EU exposure alignment can be shown separately, the data to assess the EU Taxonomy alignment of SMEs and non-EU exposures is not always available. **An overly focus on GAR by banks' stakeholders could create a counterproductive disincentive as for example reducing the lending to SMEs could increase the GAR, should the level of GAR be the ultimate objective.**

⁶ Tal como referido no Documento de Consulta relativo ao Projeto de ITS sobre divulgações do Pilar 3 sobre Riscos do ESG, EBA, março 2021 página 41 "Figura 6 - Exposições das instituições da UE por diferentes tipos, contrapartes e geografia a partir do 3º trimestre de 2020"

⁶ As referenced in the Consultation paper on draft ITS on Pillar 3 disclosures on ESG Risks, EBA, March 2021 page 41 "Figure 6 - EU institutions' exposures by different types, counterparties and geography as of Q3 2020"

Portanto, o GAR não se deve tornar para a sustentabilidade o que o CET1 é para o capital. O GAR será divulgado juntamente com métricas adicionais que ajudarão a compreender melhor a composição das carteiras das instituições financeiras. **As métricas adicionais divulgadas precisam de ser analisadas para compreender a composição da carteira das instituições financeiras e o próprio GAR. Além disso, os valores do GAR não devem ser comparados entre bancos sem se compreender as suas limitações e sem se analisar a composição dos balanços, o contexto que conduz a um determinado valor do GAR e outras informações relevantes sobre os esforços dos bancos para financiar a transição.**

Como compreender os esforços de transição dos bancos

O GAR é um passo positivo no sentido de melhorar a transparência, **mas não conta toda a história dos esforços de transição dos bancos, tendo informação limitada e pouco valor para a tomada de decisão.** Muitos bancos estão a comprometer-se a alinhar as suas carteiras com os objetivos do Acordo de Paris, tanto a nível individual como coletivo. Por exemplo, através da Net Zero Banking Alliance (NZBA), mais de 100 bancos estão a comprometer-se a fazer a transição das emissões de GEE das suas carteiras de empréstimos e investimentos para se alinharem com os caminhos para o net-zero.

É importante que o sector bancário não só financie atividades que já podem ser consideradas como alinhadas com a Taxonomia da UE, mas **também atividades que estão a funcionar a diferentes níveis e que podem acelerar a transição das empresas.** Os limiares estabelecidos pela Comissão Europeia na Taxonomia da UE para os objetivos climáticos são ambiciosos, cientificamente sustentados e alinhados com o objetivo final do Acordo de Paris de 1,5°C e os objetivos de descarbonização da UE para 2030/2050. Este é um benefício fundamental da Taxonomia da UE e não deve ser comprometido. Em vez disso, deve ser **considerada uma abordagem complementar ao atual quadro taxonómico, que define não só “o que é verde”, mas que fornece uma dimensão adicional e prospetiva, definindo “o que se está a tornar verde” (transição alinhada ou compatível com a transição).**

GAR should therefore not become to sustainability what CET1 is to capital. GAR will be disclosed together with additional metrics that will help to better understand the portfolio composition of financial institutions. **The additional metrics disclosed need to be analyzed to understand the portfolio composition of financial institutions and the GAR itself. Also, the GAR numbers should not be compared between banks without understanding its limitations and analyzing the balance sheet compositions, the context leading to a particular GAR figure and other relevant information on banks' efforts to finance transition.**

How to understand banks' transitioning efforts

GAR is a positive step towards improving transparency, **it does not tell the whole story of the transition efforts of banks and has only limited information and decision-making value.** Many banks are committing to align their portfolios with the objectives of Paris Agreement both at individual or collective level. For example, through the Net Zero Banking Alliance (NZBA), more than 100 banks are committing to transition the GHG emissions out of their lending and investment portfolios to align with pathways to net-zero.

It is important that the banking sector not only finances activities that can already be considered as EU Taxonomy aligned, but **also activities that are performing at different levels and which can accelerate companies' transition.** The thresholds set by the European Commission in the EU Taxonomy for climate objectives are ambitious, scientifically based and aligned with the final Paris Agreement objective of 1.5°C and 2030/2050 EU decarbonisation targets. This is a key benefit of the EU Taxonomy and it should not be compromised. Instead, a **complementary approach to the current taxonomy framework, which defines not only “what is green”, but provides an additional, forward-looking dimension, defining “what is greening” (transition aligned or transition compliant) should be considered.**



A maioria do financiamento de apoio à transição para uma economia e sociedade mais sustentáveis terá de ser dirigido para atividades e ativos associados a indústrias e empresas com utilização intensiva de carbono. **A contribuição dos bancos para as políticas relacionadas com o clima é para financiar o “esverdeamento” da economia, e não apenas a economia verde.** Os produtos de dívida e de empréstimo são de facto bem adequados para angariar fundos para atividades e ativos que ainda não estão alinhados com a Taxonomia da UE.

Conclusão

Ainda que possa ser tentador considerar o GAR como “a única” métrica simples para tomar decisões, ele não reflete o perfil ESG de um banco e evidencia apenas uma pequena parte dos esforços dos bancos para financiar a transição. Para se obter uma visão mais abrangente, é necessário olhar de forma holística para todas as atividades de financiamento e investimento de um banco, para além do “Green Asset Ratio”. Para evitar o “branqueamento da transição”, a EBF defende um *framework* complementar à Taxonomia da UE que permita avaliar os esforços de transição das empresas financeiras e não financeiras de forma credível e comparável. O reporte pelos bancos de um “TAR - um rácio alinhado com a transição”, para complementar o GAR, poderia ser imaginado como um próximo passo. ①

The majority of financing in support of the transition towards a more sustainable economy and society will have to be directed towards activities and assets that are associated with carbon intensive industries and businesses. **Bank’s contribution to climate-related policies is to finance the greening of the economy, and not only the green economy.** Debt and lending products are indeed well suited to raise funds for activities and assets that are not yet EU Taxonomy aligned.

Conclusion

While GAR may be tempting to look at as “the one” simple metric to make decisions on, it will not reflect a bank’s ESG profile and will only show a small portion of banks’ efforts to finance transition. To obtain a more comprehensive picture one has to look holistically at all financing and investment activities of a bank, beyond the Green Asset Ratio. To avoid “transitioning washing”, the EBF is advocating for a complementary framework to the EU Taxonomy which will allow the assessment of transitioning efforts of both financial and non-financial companies in a credible and comparable manner. The reporting of “TAR – a transition aligned ratio” by banks to complement the GAR could then be envisaged as a next step. ①

O SECTOR BANCÁRIO NUM MINUTO

Área de Estudos e Publicações - APB

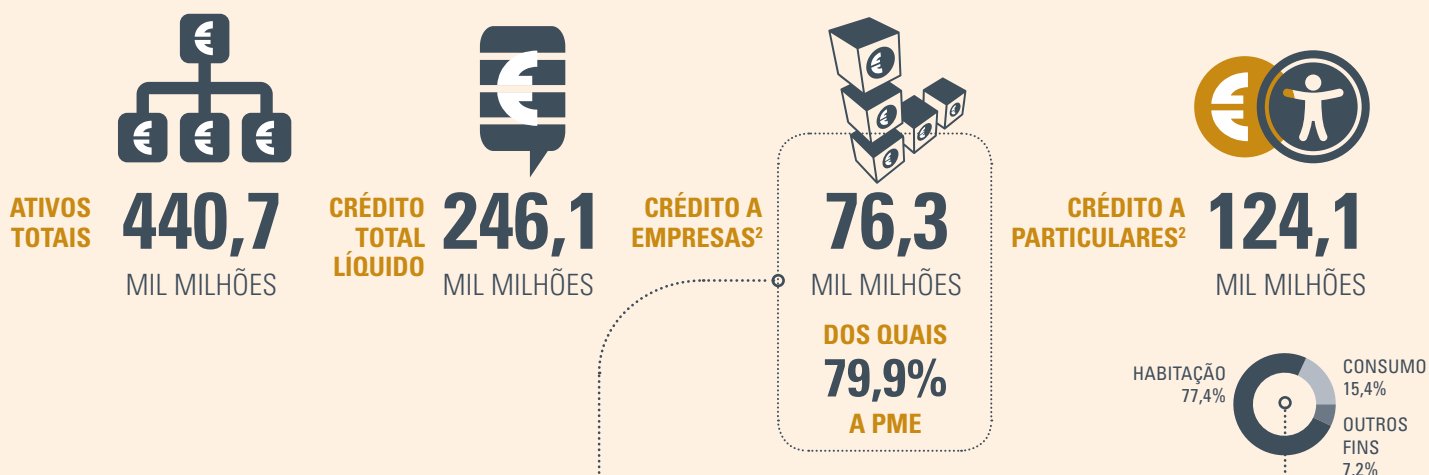
PRINCIPAIS INDICADORES

SETEMBRO DE 2021

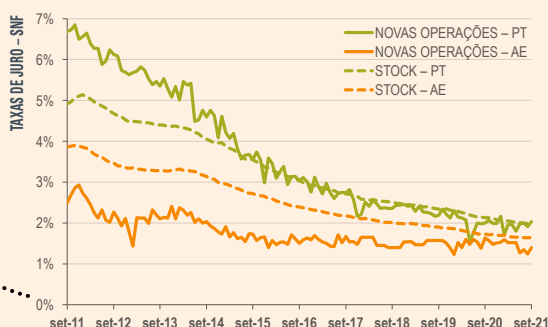


FINANCIAMENTO À ECONOMIA

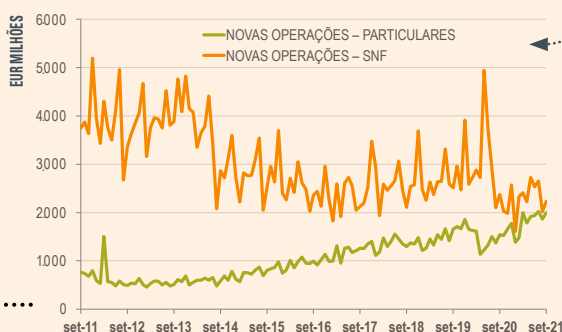
OS PROGRESSOS REGISTADOS PELO SECTOR BANCÁRIO PORTUGUÊS, DESDE A CRISE FINANCEIRA, PERMITIRAM QUE OS BANCOS ASSUMISSEM UM PAPEL CENTRAL NO APOIO ÀS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO E DE LIQUIDEZ DE FAMÍLIAS E EMPRESAS, NO QUADRO DA CRISE PANDÉMICA.



AS TAXAS DE JURO TÊM CONVERGIDO PARA A ÁREA DO EURO, APRESENTANDO-SE A NÍVEIS BASTANTE ATRATIVOS.



O SECTOR BANCÁRIO CONTINUA A SER DETERMINANTE NO APOIO ÀS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA.



POUPANÇA

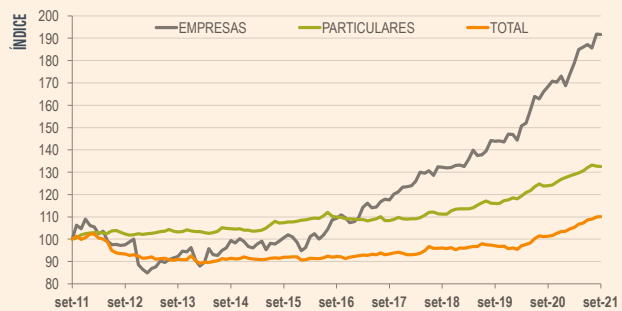
A EVOLUÇÃO POSITIVA DOS DEPÓSITOS DE CLIENTES CONTINUA A EVIDENCIAR A CONFIANÇA NO SECTOR BANCÁRIO.



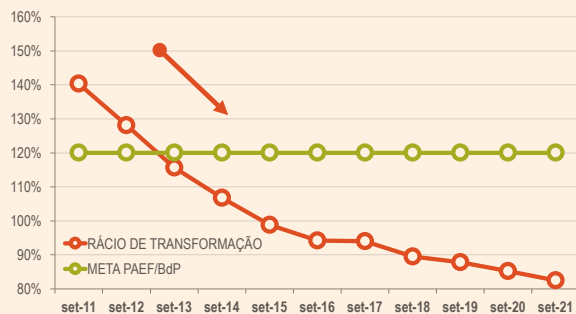
DEPÓSITOS DE CLIENTES



OS DEPÓSITOS³ REGISTRARAM UM AUMENTO DE 8,7% FACE A SETEMBRO DE 2020

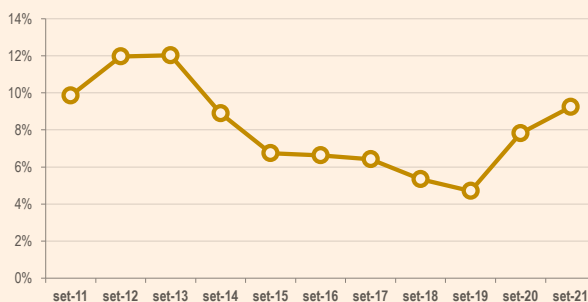


O GAP ENTRE OS DEPÓSITOS DE CLIENTES E A TOTALIDADE DO CRÉDITO CONCEDIDO CONTINUA A AUMENTAR.

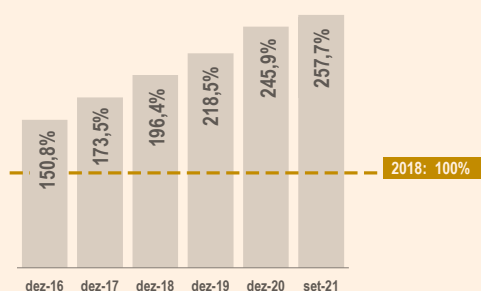


LIQUIDEZ

O FINANCIAMENTO OBTIDO JUNTO DE BANCOS CENTRAIS AUMENTOU, FRUTO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA ADOTADAS EM RESPOSTA À CRISE PANDÉMICA.



CONTINUOU A VERIFICAR-SE UMA MELHORIA DA POSIÇÃO DE LIQUIDEZ DOS BANCOS, QUE SE APRESENTA EM NÍVEIS MUITO CONFORTÁVEIS.

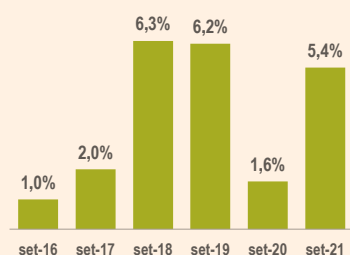


O SECTOR BANCÁRIO NUM MINUTO

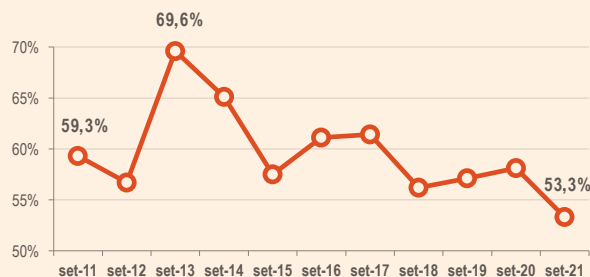
DESEMPENHO DO SECTOR

NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2021, VERIFICOU-SE UMA MELHORIA SIGNIFICATIVA DA RENTABILIDADE DO SECTOR, DEVIDO À DIMINUIÇÃO DO FLUXO DE IMPARIDADES PARA CRÉDITO E, EM MENOR GRAU, AO AUMENTO DOS RESULTADOS COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS.

RETURN ON EQUITY

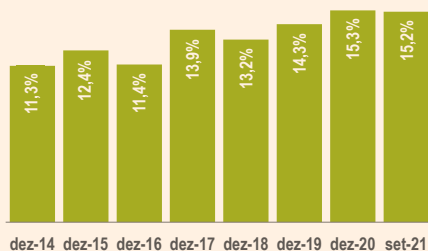


COST-TO-INCOME

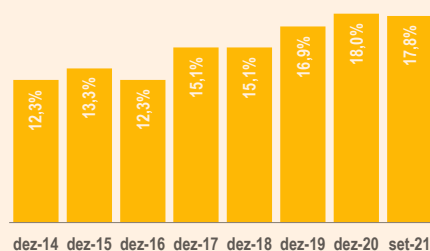


OS RÁCIOS DE SOLVABILIDADE MANTÊM-SE EM NÍVEIS ROBUSTOS.

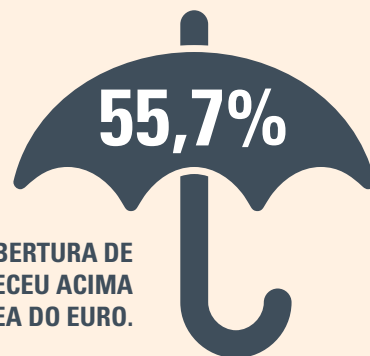
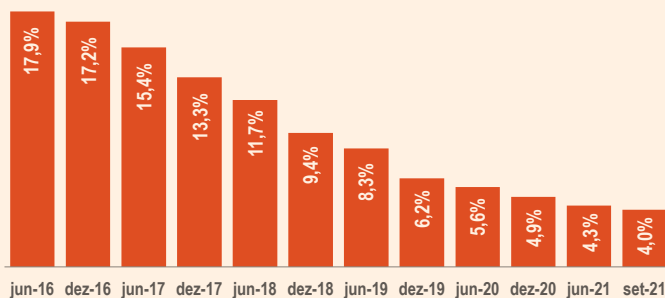
RÁCIO COMMON EQUITY TIER 1



RÁCIO DE SOLVABILIDADE TOTAL

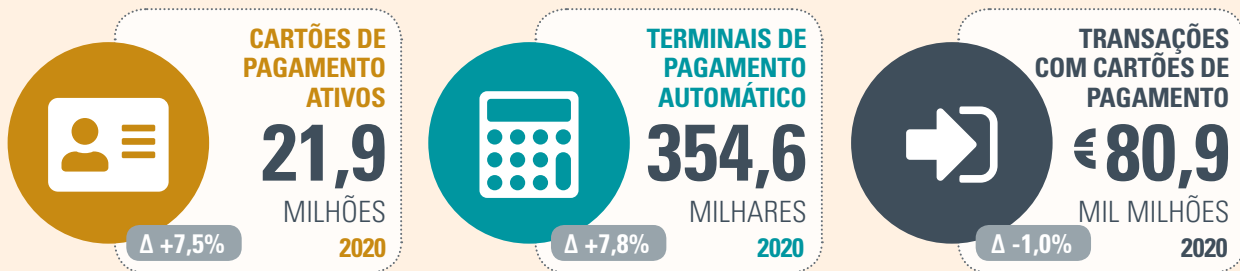


O RÁCIO DE NPLs MANTEVE A TRAJETÓRIA DESCENDENTE E JÁ SE SITUA NOS 4%.

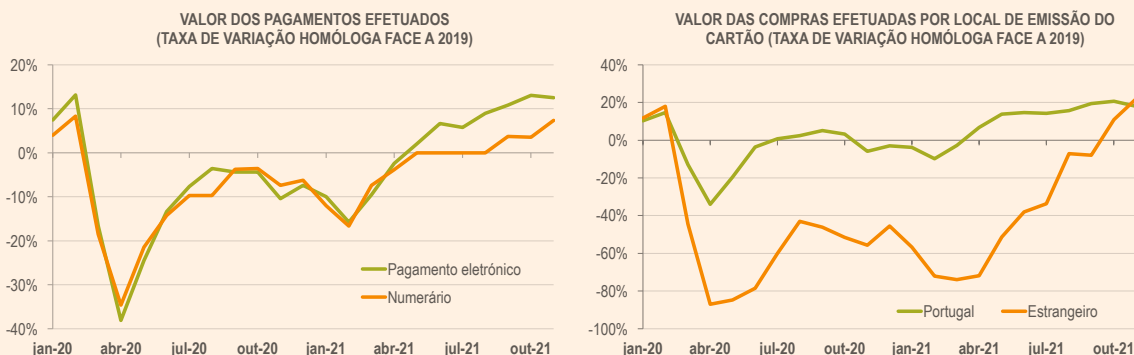


O RÁCIO DE COBERTURA DE NPLs PERMANECEU ACIMA DA MÉDIA DA ÁREA DO EURO.

PAGAMENTOS E DIGITAL

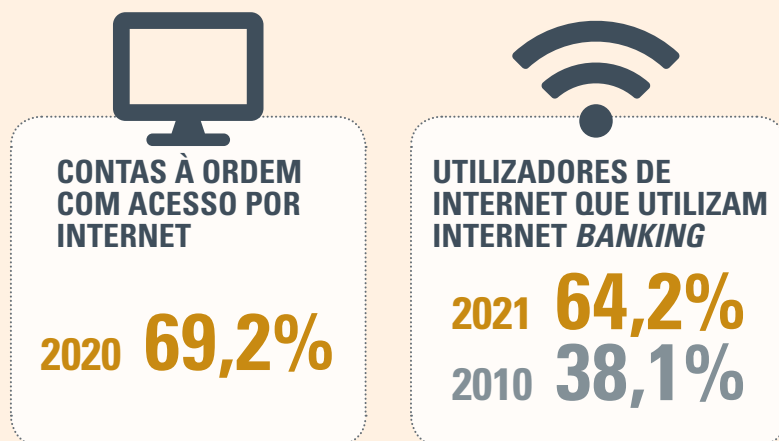


EM 2021, VERIFICOU-SE UMA RECUPERAÇÃO NO VALOR DOS PAGAMENTOS PARA OS NÍVEIS PRÉ-PANDEMIA, COM UM CRESCIMENTO MAIS SIGNIFICATIVO DOS PAGAMENTOS ELETRÓNICOS.



SIBS Analytics

OS CLIENTES BANCÁRIOS RECORRERAM CADA VEZ MAIS À UTILIZAÇÃO DOS CANAIS DIGITAIS.



INE